



# PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Fazenda

## DECRETO Nº 478/2016

*Regulamenta a aplicação da Instrução Normativa STB Nº 012/2016, que dispõe sobre as Rotinas e Procedimentos do Sistema de Tributação a serem observados no âmbito da estrutura administrativa do Executivo Municipal no que tange a critérios e procedimentos para o lançamento, geração e arrecadação do IPTU e dá outras providências.*

A Prefeita do município de Fundão ES, no uso de suas atribuições legais,

## DECRETA:

**Art. 1º.** Fica aprovada a versão 001 da Instrução Normativa SRH nº 012/2016 – Dispõe sobre critérios e procedimentos para o lançamento, geração e arrecadação do IPTU.

**Art. 2º.** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se, registre-se e publique-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Fundão, 15 de dezembro de 2016.

**Maria Dulce Rudio Soares**

*Prefeita do Município de Fundão*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
*Secretaria Municipal de Fazenda*

**INSTRUÇÃO NORMATIVA STB Nº 012/2016.**  
**STB – SISTEMA DE TRIBUTAÇÃO**

*Dispõe sobre critérios e procedimentos para o lançamento, geração e arrecadação do IPTU.*

**VERSÃO:** 001  
**DATA:** 15/12/2016  
**ATO DE APROVAÇÃO:** Decreto Municipal nº 478 de 15 de dezembro de 2016  
**UNIDADE RESPONSÁVEL:** Secretaria Municipal da Fazenda.

**CAPÍTULO I**  
**DA FINALIDADE**

**Art. 1º** Dispõe sobre critérios e procedimentos para o lançamento, geração e arrecadação do IPTU.

**CAPÍTULO II**  
**DA ABRANGÊNCIA**

**Art. 2º** Esta Instrução Normativa abrange o Setor de Protocolo, Setor de Tributação e Setor de Fiscalização Tributária.

**CAPÍTULO III**  
**DOS CONCEITOS**

**Art. 3º** Constitui o IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano, o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, e tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, por natureza ou acessão física, como definido na lei civil, localizado nos perímetros urbanos legais do município.

**Art. 4º** O fato gerador do Imposto ocorre anualmente, no dia primeiro de janeiro, ou no mês em que houve o cadastramento do imóvel no Cadastro Imobiliário Municipal, em caso de nova inscrição, desprezada as frações de dias.

**Art. 5º** Para os efeitos deste imposto considera-se zona urbana, ainda que não definidas em Lei, aquela onde exista pelo menos, dois dos melhoramentos abaixo indicados, ainda que



# PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Fazenda

construídos, utilizados ou mantidos pelo Poder Público:

- I. Meio fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
- II. Abastecimento de água canalizado;
- III. Sistema Público de esgotamento sanitário;
- IV. Rede de iluminação Pública, com ou sem posteamento para a distribuição domiciliar;
- V. Escola do ensino fundamental ou posto (unidade) de saúde a uma distância máxima de 03(três) quilômetros do imóvel considerado;
- VI. Considera-se também zona urbana, as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas no inciso I deste artigo.

**Art.6º** O bem imóvel, para os efeitos deste imposto será classificado como terreno ou prédio. Considera-se terreno o bem imóvel:

- I. Sem edificação;
- II. Em que houver construção ;
- III. Em que houver edificação interditada, condenada, em ruína ou em demolição;
- IV. Cuja construção seja de natureza temporária ou provisória, ou possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação.
- V. Considera-se prédio o bem imóvel no qual exista edificação utilizável no qual exista edificação utilizável para habitação ou para o exercício de qualquer atividade, seja qual for a sua denominação, forma ou destino, desde que não compreendida nas situações do parágrafo anterior.

**Art.7º** A incidência do imposto independe:

- I. Da legitimidade dos títulos de aquisição da propriedade, do domínio útil ou a posse do bem imóvel;
- II. Do resultado financeiro da exploração econômica do bem imóvel;
- III. Do cumprimento de quaisquer exigências legais regulamentares ou administrativas relativas ao bem imóvel;
- IV. Da concessão do "habite-se", em imóveis edificados e/ou ocupados.

**Art. 8º** São contribuintes do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano:

- I. É contribuinte do Imposto Predial e Territorial Urbano, o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.
- II. Para os fins deste artigo, equipara-se ao contribuinte o promitente comprador imitado na posse, os titulares de direito real sobre imóvel alheio e o fideicomissário.
- III. Conhecidos os proprietários ou o titular do domínio útil e o possuidor, para efeito de determinação do sujeito passivo, dar-se-á preferência àqueles e não a este, dentre aqueles, tornar-se-á o titular do domínio útil.
- IV. Na impossibilidade de eleição do proprietário ou titular do domínio útil devido ao fato de o mesmo ser imune ao imposto, dele estar isento, ser desconhecido ou não localizado, será responsável pelo tributo aquele que estiver na posse do imóvel.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Fazenda

## CAPÍTULO IV DA BASE LEGAL

**Art. 9º** A Presente Instruções Normativa tem como Base Legal as seguintes legislações:, Código Tributário Nacional Lei nº 6830/90, Código Tributário Municipal Lei 362/2005, Decreto nº 549/2014 do município de Fundão/ES.

## CAPÍTULO V DAS RESPONSABILIDADES

**Art. 10** Compete ao Setor de Tributação - SET:

- I. Realizar o cálculo do IPTU.
- II. Receber arquivos de retorno de recebimento de receitas via gerenciador financeiro das instituições financeiras que mantiverem convênio com a Prefeitura Municipal de Fundão.
- III. Realizar as baixas de recebimento.
- IV. Realizar a integração contábil a fim de controlar os recebimentos com o setor contábil da Prefeitura Municipal de Fundão.

**Art. 11** Compete ao Secretário Municipal da Fazenda:

- I. Autorizar a confecção dos carnês de IPTU.
- II. Autorizar as isenções e imunidades se requeridas conforme a legislação vigente.
- III. Autorizar a entrega dos carnês para o município.
- IV. Definir juntamente com o Prefeito(a), via Decreto municipal a data de vencimento do IPTU.

## CAPÍTULO VI DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE

**Art. 12** Compete ao SET:

- I. Solicitar a Empresa Fornecedora do Sistema de Receitas Tributárias e Não Tributárias o Lançamento do IPTU NO PRIMEIRO dia útil do mês de janeiro do exercício vigente.
- II. Cadastrar os descontos existentes no Sistema de Receitas Tributárias e Não Tributárias, se estes forem previstos em Lei e devidamente requeridos pelos contribuintes, exceto o desconto de até 20% (vinte por cento), previsto no Decreto 549/2014 do município de Fundão para os contribuintes que quitarem o IPTU em cota única na data prevista.
- III. Verificar se o Cálculo do IPTU está correto.
- IV. Enviar as informações sobre o cálculo do IPTU e solicitar a gráfica para realizar o teste de layout do carnê de IPTU.
- V. Receber os boletos não entregues por motivo de "Endereço Incompleto ou



# PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Fazenda

Inexistente”.

**VI.** Confirmar no Cadastro Imobiliário se o endereço de entrega está correto.

**VII.** Em trabalho conjunto com o Setor de Tecnologia da Informação da Prefeitura de Fundão, disponibilizar a emissão de boleto via internet no próprio site da prefeitura.

**VIII.** Verificar periodicamente o pagamento do IPTU.

**IX.** Encaminhar relação de contribuinte com os débitos vencidos ao SFT.

**Art. 13** Compete ao SFT:

I. Notificar o contribuintes com débitos fiscais vencidos

II. Atuar de acordo com a lei, dentro de suas respectivas atribuições, visando o adimplemento do débito em aberto.

## CAPÍTULO VII DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

**Art. 14** O SET e o SFT são órgãos consultivos competentes para esclarecer dúvidas na emissão de carnê de IPTU.

**Art. 15** O pagamento não importa em quitação do crédito tributário, valendo o recibo somente como prova de recolhimento da importância nele referida, continuando o contribuinte obrigado a satisfazer quaisquer diferenças que venham a ser posteriormente apuradas.

**Art.16** O executivo poderá firmar convênios com estabelecimentos de crédito para o recebimento de tributos.

**Art.17** O poder Executivo fica autorizado, a dividir o pagamento do imposto em até 8 (oito) parcelas mensais, iguais e consecutivas, vencendo a primeira na data assinalada no aviso/recibo e as demais, nos mesmos dias dos meses subsequentes.

**Art.18** Sempre que justificada a conveniência, ou a necessidade da medida, fica o Chefe do Executivo prorrogar o prazo de pagamento do IPTU, fixado por Decreto um novo prazo, não excedente ao exercício corrente.

**Art.19** O contribuinte que optar pelo pagamento em quota única, até a data do vencimento da mesma, gozará do desconto de até 20% (vinte por cento).

**Art.20** Os valores bases a serem aplicados para calculo de IPTU e taxas serão de acordo com o Decreto 549/2014, ou outros que por venture vieram a sucedê-lo.

**Art. 21** O contribuinte que discordar do lançamento efetuado poderá solicitar revisão, mediante requerimento devidamente fundamentado e protocolizado até a data do vencimento da parcela em cota única.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

*Secretaria Municipal de Fazenda*

**Art. 22** Os valores unitários de metro quadrado de terreno e de metro quadrado de construção no processo de calculo para obtenção do valor venal do imóvel, o valor do terreno e o da construção poderá ser arredondado, desprezando-se as frações.

## CAPÍTULO VIII DA APROVAÇÃO

**Art. 23** - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

E por estar de acordo, firmo a presente instrução normativa em 03 três vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Fundão, ES, 15 de dezembro de 2016

**JORGE FERNANDO PRATES RIBEIRO**  
*Controlador Geral*

**EDINALDO ROSSI**  
*Secretário Municipal de Fazenda*

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DA FAZENDA

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 12.2016**

**FLUXOGRAMA LANÇAMENTO E ARRECADAÇÃO DO IPTU**

